

GDF dá terra a 700 produtores

4* - CULTURA
CORREIO BRASILENSE

- 3 JUL 1986

O Governo do Distrito Federal retomou ontem, na Justiça, a extensa área, denominada Núcleo Rural Santos Dumont, cedida a 80 arrendatários no final do governo passado, numa autêntica "ação entre amigos". Entre os beneficiários estavam o ex-secretário da Agricultura, Alceu Sanches e outros que, em sua maioria, utilizavam as glebas para o lazer de fim de semana ou veraneio.

A área era objeto de ação judicial movida por um grupo de arrendatários, capitaneados pela Companhia Agrícola de Brasília (CAB), que havia sido contemplada com 600 hectares. Ontem, a juíza da 4ª Vara da Fazenda, Tânia Valadares Gontijo de Sá Roriz, indeferiu o recurso de manutenção da posse. No local, serão assentados 700 produtores rurais dentro do projeto de combinados agroubanos da Secretaria de Agricultura.

FIM SOCIAL

Eufórico com a decisão da Justiça, o secretário Leone Teixeira afirmou que o Núcleo Rural Santos Dumont é uma das últimas áreas contínuas do DF com vocação agrícola. "Vamos substituir esse grupo seletivo de privilegiados, que explorava a terra como área de lazer, por 700 famílias, representando um universo de 3.500 pequenos produtores. Estes, sim, se incluem na massa de famílias carentes e desempregados que exercem tremenda pressão social sobre Brasília", comentou.

Segundo Leone Teixeira, embora os beneficiários tenham sido escolhidos pelo governo anterior, existem entre eles alguns produtores rurais que precisam realmente da terra para sua subsistência. Entre eles, alguns de origem japonesa, capazes de fornecer "know-how" aos futuros ocupantes dos lotes.

No Núcleo Rural Santos Dumont foram investidos pelo GDF cerca de Cz\$ 20 milhões em moderna infraestrutura, inclusive sistemas de irrigação intensiva. Além disso, o local é privilegiado do ponto de vista agrícola, com abundância de água e facilidades topográficas para exploração. O secretário da Agricultura lamentou "que essas terras tenham sido entregues sem qualquer critério de prioridade social" aos chamados fazendeiros de asfalto.

Revelou também que a demanda judicial produziu um atraso de pelo menos seis meses no assentamento das 700 famílias, mas a Secretaria tentará acelerar o processo daqui por diante. Quando partiu, com o consentimento do governador José Aparecido, para a retomada das terras e sua redistribuição dentro de critérios sociais, Leone disse que sabia "das resistências que ia encontrar", pois estava "contrariando interesses poderosos".

Somente a CAB, uma das mais poderosas empresas do setor agrícola da região e que liderou um lobby contra a decisão do GDF, já havia recebido mais de 3 mil hectares, pelos mes-

mos critérios, fora os 600 hectares do Núcleo Santos Dumont.

A área retomada pelo GDF é uma das mais técnicas do DF, com canais de irrigação e água suficiente até para outras serventias. Lá, o GDF desenvolverá um combinado agroubano semelhante ao que está em execução na Granja do Ipê. Leone Teixeira prevê duas consequências imediatas com a exploração racional do Santos Dumont: a absorção de mão-de-obra e o reforço ao abastecimento de produtos agrícolas básicos no Distrito Federal. A SAB instalará no local um posto de compra dos produtos para revenda na sua rede de supermercados a preços abaixo do mercado.

Na contestação ao recurso dos fazendeiros de asfalto, que fundamentou a decisão da Justiça, o governador José Aparecido alega que, ao tentar implantar o projeto de reforma agrária e promover a política agrícola nas terras escassas do DF, "admirou-se com a liberalidade da administração anterior na concessão de uso de suas terras a grupos poderosos e frequentemente desavisados da função social da terra".

Apesar da aparência legal da cessão, as terras foram entregues aos arrendatários "em caráter precário". O próprio contrato dispõe "na Cláusula 8ª, alínea D, que será rescindido, "caso a Fundação Zoológica necessite do imóvel para execução de projetos sociais".